

SÃO DOMINGOS, RAÇA E COLONIALISMO: A INDEPENDÊNCIA DO HAITI SOB A LUZ DA TEORIA DECOLONIAL

NASCIMENTO, Eloisa Bonfim

Resumo

Este artigo analisa a luta revolucionária haitiana sob a lente teórica que engloba a descolonização das nações latino-americanas. Destacam-se as diferenças entre os processos pós-coloniais de independência e descolonização, com especial olhar ao local que raça, etnia e colonialidade ocupam no delinear destes processos, sob a teoria desenhada por Wallerstein e Quijano (1992), que compreende os diferentes efeitos da colonização europeia sobre as Américas. Por último, observamos seguindo os passos ilustrados por Poke Laenui (2000), o avanço do Haiti rumo a uma total libertação das amarras do colonialismo.

Palavras chave: Haiti; raça; racismo; colonialismo; revolução; descolonização.

Introdução

Por todos os lados soam os cantos e relatos do sucesso, violência e consequente isolamento da primeira república pós-colonial independente das Américas. A luta haitiana por independência, que humilhou exércitos europeus e assombrou escravagistas por todo o globo, é referência nos estudos caribenhos anticoloniais e uma das primeiras vítimas da esfera de influência imperialista americana pós-1776. O Haiti e sua revolução, entretanto, se destacam nos estudos decoloniais de Relações Internacionais (RI) como exemplo da diferença entre os processos de "Independência" e "Descolonização" e do poder do racismo e do colonialismo no posicionamento de um Estado no sistema-mundo.

O objetivo deste artigo é compreender e situar, por meio desta análise, a luta pela independência haitiana, debatendo os fatores e variáveis do processo que o levaram ao longo e presente quadro de desigualdade e subdesenvolvimento como heranças de parte dos conceitos que Quijano e Wallerstein definem como Americanismo. Esta pesquisa buscará se sustentar por compreensões pós-coloniais e decoloniais da disciplina de R.I. , principalmente motivada pela ausência de foco da produção literária *mainstream* às pautas e especificidades de raça, etnia, religião e linguagem do Haiti e do restante dos países latinoamericanos.

A independência do Haiti é um marco histórico na luta por libertação dos povos colonizados e seu apontamento como objeto de pesquisa deste artigo se deve à proximidade e destaque de suas características estruturais sociais, sua construção política e seu quadro desigualitário ao legado pós-colonial que condenou o desenvolvimento de parte da comunidade global. Mesmo após quase 220 anos da revolução, as chagas e sequelas do domínio europeu, da luta revolucionária, da tutela americana, da dívida colonial e de tantos outros repressores do desenvolvimento haitiano, vêm condenando a população a uma vivência de miséria, desigualdade e um conturbado panorama político.

A luta revolucionária desse país se destaca por seu aspecto vanguardista, raízes guerrilheiras e potencial inspiracional para o debate antiimperialista da região, entretanto, ao ser observado sob a lente decolonial - aqui ajustada pela dupla de autores - que busca compreender e transformar as estruturas de poder e opressão da sociedade vitimizada pelo colonialismo, peca pela não continuidade no decorrer do processo de descolonização desenhado por Poku Laenui (2000), rumo à real destruição política e social das raízes coloniais. Neste cenário, este artigo pretende apontar o contínuo quadro de racismo e subdesenvolvimento presentes e permanentes no Haiti em associação direta ao processo de independência - e não descolonização - do país, que sob a luz da literatura abordada, não ultrapassou as fases necessárias para realmente abolir as heranças do domínio colonial. Esta dinâmica sucede em um modelo de sociedade condenado à reprodução da dinâmica social desenhada antes da Revolução Haitiana, sob o domínio colonial francês e, conseqüentemente, em baixo reconhecimento internacional como Estado independente.

Além disso, a não-escolha de uma das teorias hegemônicas das RI como base desta análise se deve ao distanciamento das teorias generalistas à realidade latinoamericana em termos de formação da sociedade, estrutura política e econômica e aspectos culturais. Todo o apontamento será feito sem condenar quaisquer falhas das teorias tradicionais, apenas optando por uma bibliografia que permita uma observação mais rica dos reais efeitos da colonização aos países da região, a luz da realidade haitiana, ressaltando temas como etnicidade, colonialidade e racismo e confrontando-os com perante os quadros contemporâneos de desigualdade resultados direto dos processos de resultados da colonização e modernização e globalização desigualdade e modernidade por abordagens que as tangenciam com maior representatividade.

Detalharemos o momento pós independência do país, com foco nos aspectos que segundo a teoria influenciam as boas-vindas ao novo país do sistema-mundo, buscando pontuar as relações que contribuíram com a manutenção do cenário seguinte à revolução;

correlacionar estas relações com a teoria decolonial; e evidenciar como esse alinhamento se encaixa na construção dos desafios enfrentados e da perspectiva construída. A partir desta análise, os caminhos rumo à descolonização desse país latinoamericano serão iluminados e posteriores questionamentos acerca das estruturas sociais continentais questionadas. Para isto, empregar-se-á uma abordagem de pesquisa histórica baseada por uma perspectiva decolonial, passando por uma revisão bibliográfica dos temas selecionados com o objetivo de levantar induções a partir do embasamento histórico do Haiti e da literatura produzida por autores dedicados aos estudos de raça, etnicidade, colonialidade e descolonização do continente.

Assim, o presente trabalho será separado em duas seções, a primeira, em uma revisão histórica do Haiti pós-revolucionário, com especial foco nos intervalos por nós destacados como definidores da sina haitiana: a independência, o isolamento, a dívida e o domínio estadunidense. Em seguida, apresentar-se-á, em modelo de revisão bibliográfica, um estudo dos processos de colonização e descolonização, possibilitando a compreensão destas dinâmicas, associados às pontuações acerca do Americanismo, que Immanuel Wallerstein e Aníbal Quijano (1992) estabelecem como raiz do que é conhecido como capitalismo moderno. Com os conseguintes alinhamentos de paralelos das teorias ao cenário haitiano, e principalmente o entendimento acerca dos desafios enfrentados por um país condenado a não conclusão do ciclo descolonizatório, será possível ter uma visão aplicada mais clara dos conceitos decoloniais na realidade latino-americana.

Entendemos que o Haiti não conseguiu se libertar das heranças coloniais e suas sequelas desiguais, de racismo, elitismo e miséria consequente. No entanto, o olhar sobre este caso contribuirá, mesmo que minimamente, com a continuidade do estudo antiracista e anticolonial latinoamericano nas Relações Internacionais, como uma proposta para reorganizar o pensamento e o arquivo histórico na área de estudo, e priorizar em um olhar decolonial o aspecto comunitário dos objetivos, antes dos científicos.

1.1 "Brûlez les maisons! Couper les têtes!"¹

A primeira nação independente da América Latina se destaca nos estudos coloniais não apenas pelo vanguardismo revolucionário, mas como exemplo do potencial que o colonialismo tem de definir o futuro, a receptividade internacional e a qualidade de vida de todo um Estado-nação. O parcial holofote de estudos latinoamericanos por vezes esquece de pontuar o protagonismo haitiano na criação da latinidade, a identidade cultural

¹ Francês para: "Queimem as casas! Cortem as cabeças!". Parte do grito de avanço haitiano durante a Revolução (tradução nossa).

latino-americana, mas tendo sido suas terras as primeiras pisadas por Cristóvão Colombo na América e sua população nativa a primeira vitimizada pela colonização, certo destaque é merecido (SPARKE, 2008).

Os Taínos, população indígena caribenha, habitavam a porção da ilha do Caribe hoje conhecida como Haiti, por eles chamada de *Ayiti*, quando em 1492 as embarcações coloniais lideradas por Cristóvão Colombo desembarcaram. O contato inicial começou com a renomeação do território para *Hispaniola*, desde o princípio desconsiderando os valores e representações destacadas pelos nativos. Estes, não receberam a chegada das navegações espanholas de forma passiva, tendo o primeiro grupo de marinheiros que se encontrou com população Taíno sido completamente dizimado até 1493. Diante dessa receptiva, não demorou até que a violência, uma das principais ferramentas do colonialismo, fosse colocada em prática, e com requintes de crueldade e desumanização, até 1563 quando os Taínos foram declarados extintos. A partir daí pode-se desenhar o período de sucesso (sob o olhar da colônia) do país que ficaria conhecido no século 18 como "pérola das Antilhas"(SPARKE, 2008).

A parte leste da antiga *hispaniola*, renomeada São Domingos, a mais rica e produtiva das colônias do novo mundo, que através do sucesso exportador do açúcar e do café cunhou na capital francesa a expressão "rico como um crioulo" (DONALD R. HICKEY 1982, p. 362), era estruturada em um sistema racial de castas, liderada por uma elite branca empenhada sobre a monocultura extensiva. No século 18, a ilha caribenha era a maior exportadora das colônias francesas, exportando em quantidade superior ao que as 13 Colônias o faziam para o Reino Unido; era o segundo maior parceiro econômico dos futuros Estados Unidos da América (EUA) e abastecia três quartos do consumo global de açúcar, tendo sido a dinâmica que mantinha tais altos números bem sucedidos baseada em um sistema escravista violentamente cruel (PHILLIPS, 2009).

Em Phillips (2009), o trato da mão de obra escrava mantida na ilha é descrito como sádico e um relato que ilustra a revolta diante das condições de vida - e morte - é citado:

Não penduraram homens de cabeça para baixo, afogaram-os em sacos, crucificaram-os em tábuas, enterraram-os vivos, esmagaram-os em moedores? Eles não os forçaram a comer merda? E, depois de esfolá-los com o chicote, não os lançaram para serem devorados pelos vermes, ou sobre os formigueiros, ou os amarraram a estacas no pântano para serem devorados pelos mosquitos? Não os jogaram em caldeirões ferventes de melado de cana? (PHILLIPS, 2009, p. 3, tradução nossa).

Na colônia estritamente rural, diante das deploráveis condições em que era mantida a população escravizada, os índices de natalidade se mantinham em queda, resultantes de altos

números de mortalidade no campo (DANNER, 2010). Uma completa renovação da mão de obra escrava ocorria a cada 20 anos, via morte escrava, e o meio escolhido para controlar esta constante redução braçal continuava sendo sua multiplicação. Mais de um terço de todo o tráfico escravo africano da história foi movimentado para sustentar as *plantations* são-domiguenses, onde parte dos produtores escravistas considerava mais efetivo investir em novas levas de pessoas escravizadas vindas da África, em detrimento dos custos de desenvolver as condições de sobrevivência da população escravizada a um mínimo que manteria sua existência (PHILLIPS, 2009).

Segundo Hickey (1982), ainda em 1789, em São Domingos, reunia-se um número de escravizados que superava em mais de 10 vezes a população burguesa branca do país. Formou-se ali uma comunidade negra que ultrapassava os 450.000 homens e mulheres, cuja imensa maioria era nascida na África e professava fés africanas e se comunicava através de seus idiomas nativos. A população negra, que além de numerosa, vivia insatisfeita com suas brutais condições e subjugada por uma severa desigualdade racial - afetando até mesmo os homens livres -, se revoltou após um longo período de exploração dinamizado pelo desenrolar da Revolução Francesa. No ano de 1791, teve início o que foi a única revolução escrava bem sucedida do hemisfério ocidental (DONALD R. HICKEY, 1982).

Em um estarrecedor conflito que durou mais de uma década, a população negra armada derrubou seus escravizadores, superando Espanha, Reino Unido e a França Napoleônica de históricos exércitos. A bandeira haitiana, fruto da literal remoção da parcela branca da bandeira francesa, agora representava a primeira República da América Latina, onde mais de 300 mil haitianos, sobreviventes de um conflito que dizimou mais de 40% da sua população, vivia livre por seu próprio punho (PHILLIPS, 2009).

1.2 Herança em Espiral

O êxtase do pós revolução, entretanto, pouco durou. A nova nação, grande em ânimo, enfrentava o desafio capitalista de se encaixar na lógica mercantil perante um comércio formal inexistente em seu território, - dominado por sua antiga metrópole e seus parceiros comerciais - com seus campos queimados e terras pilhadas, heranças do processo de libertação. A declaração da independência haitiana foi então seguida por um feroz isolamento; nenhuma outra nação reconheceu a libertação do país que, além da desconfiança dos vizinhos, lidava com a pressão dos antigos colonos por uma reparação financeira ao que chamavam de roubo de suas posses. Nos anos seguintes à luta foi negociado o que é, junto da escravidão, a causa da alcunha ainda atual de país mais pobre da América (PHILLIPS, 2009).

A Dívida da Independência obrigaria o país a uma pena de 122 anos pagando pela liberdade obtida por sua luta. O total de 150 milhões de francos, além de seus juros e suas tentativas de negociação, condenaram quaisquer tentativas de investimento nacional em saúde, infraestrutura, economia ou educação pós-independência. Ainda em 1915, 80% da receita nacional haitiana era destinada ao pagamento do débito com a França, seus empréstimos e tentativas de renegociação. Não obstante a pressão financeira, o Estado recém criado lidava também com um embargo comercial que impedia seus navios de atracarem nos portos internacionais, minando toda tentativa de criação de mercado com seus vizinhos. Acompanhando a hostilidade mercantil, o país convivía ainda com navios ameaçando a segurança da costa e prometendo bombardear toda tentativa de quebra ao embargo (PHILLIPS, 2009).

Além da oposição francesa, o recém liberto Haiti lidava, geograficamente de forma mais intensa, com seu vizinho e antigo parceiro comercial, EUA, que temia a possibilidade de que a notícia de uma revolução escrava se espalhasse e sua própria mão de obra fosse evangelizada pelo "Haitianismo". Os quilômetros de mar que separavam o novo país dos Estados Unidos da América eram poucos para segurar o temor do fogo revolucionário por parte dos estadunidenses, e contando com suas próprias disputas internas, o posicionamento do governo desses flutuava. Enquanto os Federalistas, que controlavam a política externa estadunidense quando estourou a revolução, valorizavam o Haiti como parceiro comercial, o consideravam menos perigoso do que sob o domínio francês e defendiam o apoio aos rebeldes, os Republicanos Jeffersonianos, a partir de 1801, quando se aliaram ao governo, iniciaram um processo de afastamento do conflito e posterior apoio aos escravizadores (DONALD R. HICKEY, 1982).

Tal apartamento continuou sendo alimentado ano a ano com as, burocraticamente bem sucedidas, aprovações Federalistas de novas leis e decretos anti-haitianos, que na prática pouco impediam os contrabandistas estadunidenses. A hostilidade culminou em 1806, quando foi aprovada a lei que proibia o comércio dos cidadãos estadunidenses com o Haiti, com o argumento questionador de se era prudente valorizar a população negra haitiana "enquanto temos uma população semelhante em nossos estados do sul". A lei foi aprovada com boa parte dos senadores dos estados sulistas declarando terem votado positivamente, considerando a influência que a Independência Haitiana teria em seus próprios escravizados. O caminho forjado pela administração Jefferson após a Revolução Haitiana moldou as relações EUA-Haiti por mais de meio século, até pelo menos 1862 quando o governo estadunidense

reconheceu diplomaticamente a independência haitiana, 58 anos atrasada (DONALD R. HICKEY, 1982).

Sem reconhecimento ou apoio externo, com suas tentativas de integração internacional rejeitadas até por grandes nomes anticoloniais como Simon Bolívar, líder revolucionário latinoamericano, o novo país buscava uma reestruturação completa, e de forma oposta às diversas nações que também se estruturavam sobre a dinâmica agrícola - mas ainda usufruindo do sistema colonial e escravista -, a redistribuição de terras pós revolução marcou o novo país como um de pequenos produtores, recém libertos da escravidão e ainda imersos na cultura, tradições e idiomas africanos (GALEANO, 1996). O esforço da recuperação em prol do pagamento da dívida instalou na produção agrícola haitiana um longo ciclo de safras condenadas pela superprodução e posterior super taxação, condenando o país a uma realidade de baixa diversificação, incapaz de suprir as demandas básicas da população (DONALD R. HICKEY, 1982).

Naquele cenário, a comida era importada enquanto os campos de café e açúcar mantinham girando desesperadamente as tentativas de pagamento da "dívida de todos". Em uma dinâmica agrícola excessiva e corrosiva, o rural Haiti iniciava seus anos de república dependente de uma produção que condenou o país a danos extensivos, como o empobrecimento do solo e erosões causadas pelo desmatamento, ao passo que a instabilidade econômica decorrente da dependência da agroexportação e suas dificuldades condenavam também a estabilidade política do país (PHILLIPS, 2009).

Se por um lado, o primeiro setor penava diante de qualquer possibilidade de investimento tecnológico focado no desenvolvimento agrícola, no outro extremo, a antiga elite racial sobrevivente, vivia o pós-revolução na tentativa de se agarrar às remanescentes estruturas de poder que a sustentava, vendo no Governo do país, sua melhor chance de dominar uma instituição de poder naquele cenário. Assim, o início do século XIX se organizou sobre a nova produção agropecuária dos recém libertos, taxados extensivamente pela elite recentemente "realocada", iniciando um ciclo de trocas e embates (DANNER, 2010).

Mais estável seria o relato político haitiano se o domínio governamental sustentado por políticas segregacionistas não tivesse estabelecido seu comando logo na primeira fase pós-revolução. Além da conhecida influência externa no decorrer da estruturação política do Haiti de países como a antiga metrópole e o Reino Unido, que nunca perdoaram a tomada de posse dos colonos e investiam de forma crônica na oposição de qualquer tentativa de levante contra as injustiças herdadas da Revolução; desde o período pré-1804 a liderança política

haitiana foi incapaz de criar as condições necessárias para que o processo de independência realmente amadurecesse, com total devolução da autonomia "econômica, social e sobretudo política" de toda a população do novo país (ROSA, 2007, p. 6).

O Haiti se libertou das correntes burocráticas do colonialismo, mas continuava assim fadado a reproduzir os mesmos vícios e padrões que perduraram no período colonial, de um modo que a Revolução representou, na prática, uma mera substituição da mão que oprime estrangeira por uma nacional, e não uma real destruição do sistema opressivo (ROSA, 2007). Sobre um conflito intrínseco à sua arquitetura política, o Haiti superou o século XIX em modo de sobrevivência, como se a luta ainda não tivesse cessado, com suas dificuldades econômicas impulsionando o confronto entre governantes déspotas, assassinatos políticos, golpes de estado e insurreições civis sendo parte da rotina política haitiana até o início do domínio estadunidense (PHILLIPS, 2009).

1.3 “*Konstitisyon se papye, bayonèt se fê*”²

Definidor da sina instável, violenta e atual da política haitiana, o domínio estadunidense que teve início em 1915 concluiu a longa disputa europeia sobre o território do Haiti, incluindo-o de vez como parte da esfera caribenha de influência dos Estados Unidos (PHILLIPS, 2009). Com a justificativa paternalista de solucionar a instabilidade política que assolava a região, comodamente zerando as possibilidades de nações hostis, como a Alemanha, se instalarem na vizinhança aos EUA, a longa e cruel tutela foi defendida por Robert Lansing, o então Secretário de Estado, pois os negros, segundo ele, eram incapazes de se autogovernar e tinham uma "tendência inerente à selvageria e uma inabilidade física de viver uma vida civilizada" (GALEANO, 1996, tradução nossa).

Por um longo período a invasão americana foi pensada e seus objetivos levantados em frentes diversas como a estratégica, a militar, a econômica e até a humanitária. Todas visando cumprir as metas práticas dos EUA e cessar a inconstância política do país caribenho, que elegeu de 1911 a 1915 um total de 6 presidentes (DOUGLAS, 1927). Revoluções e golpes eram rotina, até que os planos estadunidenses atingiram um estopim, quando em julho de 1915, depois do presidente haitiano, Vilbrun Guillaume Sam, ordenar a morte de 167 presos políticos, o caminho rumo ao Haiti ser traçado pelos Fuzileiros Navais estadunidenses. A medida excessiva, referida como "massacre" nos registros, foi catalisada quando uma multidão revoltada adentrou a propriedade presidencial e assassinou publicamente Guillaume

²Francês para: "Constituição é papel, baioneta é ferro". Provérbio haitiano cunhado durante a ocupação americana (tradução nossa).

Sam. Ali floresceu a oportunidade americana prática de defesa de seus interesses, convertida no envolvimento dos militares presentes na eleição do presidente seguinte e defendida por um discurso de condenação da brutalidade experienciada, resultando na assinatura do Tratado Haitiano-Americano (MONT-REYNAUD, 2002).

Com a eleição, em Setembro daquele ano, de Phillipe Dartiguenave, e a conseguinte admissão do Tratado, a alfândega, o judiciário, as finanças, a dívida de independência e o desenvolvimento de saneamento, agricultura e obras públicas, todos estavam sob o controle dos Estados Unidos, além de o total poder decisório sobre a *Gendarmerie*, um corpo militar armado que patrulhava Porto Príncipe representando os interesses estadunidenses. A invasão justificada pela defesa da democracia, desde o início fez uso da repressão autoritária e de práticas inconstitucionais para, de modo coercitivo, estabelecer seu domínio sobre o país caribenho. Com violência e opressão, este domínio que afirmava defender os interesses haitianos e acima de tudo estabelecer paz e um governo democrático, retirou do povo são-dominguense o que era mais valorizados por estes, a liberdade duramente conquistada pela luta revolucionária (MONT-REYNAUD, 2002).

A Revolução de 1804 ainda corria nas veias da população, não sendo possível afastar o povo haitiano de sua existência independente. A opressão política, armada e laboral havia se tornado parte da vida dos haitianos, e, sob a rotina de trabalho forçado americana, cada vez mais o povo se ressentia. Nas construção de estradas e demais obras públicas financiadas pelos EUA, em regimes semelhantes a escravidão, por todo o país se fortalecia o sentimento anti-estadunidense, junto da organização da oposição. Se para o povo, a representatividade crioula, junto da oralidade *kreyól* e das especificidades nativas não pareciam ser prioridade dos governos pré-invasão, durante o domínio essas pautas foram ainda mais marginalizadas (ROSA, 2007). Dessa forma, foi na junção do abuso de poder exterior com a priorização das pautas locais, que os "cacos", grupos guerrilheiros armados que faziam oposição à tutela americana, se organizaram e enfrentaram os estadunidenses e a elite francófona apoiadora (MONT-REYNAUD, 2002).

A repressão, no entanto, não tardou, e a resposta americana foi pesada, militar e multilateral, com a declaração de uma lei marcial de 1915 sendo acompanhada pela total censura da imprensa do Haiti, e os jornalistas alvos frequentes de represálias. Uma nova Constituição foi aprovada pelo Departamento de Estado estadunidense, a ocupação foi validada, e o tratado que antes planejava 10 anos de ocupação, foi estendido para 20 anos, pois devido à "falta de cooperação" da Assembleia Nacional Haitiana, os objetivos iniciais não estavam sendo cumpridos (CRS, 1994).

Até 1920, a guerrilha *Caco* foi constante, porém começou a ver seu potencial encolher, enquanto a *Gendarmerie* - renomeada *Garde d'Haiti* em 1928 - se estabelecia cada vez mais como força política em Porto Príncipe (CRS, 1994). Formada inicialmente por militares estadunidenses, a *Garde* se manteve como herança da ocupação, com a inclusão e treinamento da elite mulata, francófona e afrancesada como garantia de continuidade da instituição (ROSA, 2007). Com o fim da década de 1920 e uma redução drástica nos valores dos produtos comercializadas pelo Haiti, uma alastrada sensação de insegurança tomou conta da população, que insatisfeita, mais uma vez se inquietou diante da sua participação política, há anos negada (CRS, 1994).

A partir de 1929, os tumultos populares voltaram a se tornar frequentes, com a população deliberando por mais representatividade na bancada política, enquanto protestava contra as restrições oriundas da depressão econômica. A repressão americana seguiu a receita violenta de sempre, entretanto, desta vez a violência foi tamanha que o governo, já sob questionamento acerca do investimento na ocupação diante da crise econômica, se preocupou com a possível repercussão da continuidade da brutalidade executada contra os haitianos. Assim, no ano seguinte, iniciou-se o planejamento da retirada americana do território haitiano, só concluído em 1934. Inicialmente, caracterizou-se com um longo processo burocrático de análise no qual os Estados Unidos apontavam não se responsabilizar pela garantia da estabilidade econômica do Haiti, enquanto afirmavam ter feito mudanças e sugestões que beneficiariam o país dali pra frente (CRS, 1994).

A economia estável e democrática prometida, não foi entregue, e o que restou, nas palavras de Dantès Bellegarde, foi tudo menos paz. "O Haiti não tem paz. A paz, a verdadeira paz, não é a ordem material imposta pela força das baionetas" (BELLEGARDE, 2013, p.18 tradução nossa). Os anos seguintes comprovam o fracasso da intervenção americana, principalmente diante da meta de estabelecer um governo estável e democrático. A primeira eleição pós-ocupação é prova disto, pois foi seguida pela derrubada do presidente eleito diante de protestos populares, e por uma subsequente tomada do poder pelo exército. Neste formato, as presidências foram se substituindo, com direito a golpes de estado e assassinatos políticos, até o início do regime ditatorial Duvalier, durante a década de 1950 (MONT-REYNAUD, 2002).

Toda essa volatilidade de poder, que permitiu trocas constantes de governos, só foi possível graças à facilitação da *Gendarmerie*, a sequela americana que com poder de fogo e treinamento estadunidense, se transformou em uma ferramenta dos políticos da elite haitiana com potencial financeiro para garantir o apoio da guarda. Falharam durante a ocupação, os

esforços para a construção de instrumentos de fortalecimento e manutenção da democracia do Haiti, que viu sob o domínio dos EUA, seus recursos alocados para o treinamento de futuros ditadores e a continuidade da militarização armada de baionetas como forma de imposição de poder que ignorava completamente a Constituição escrita em papel.

Uma das principais sequelas do processo colonial e de emancipação colonial haitiano enxerga-se na específica estrutura hierárquica da desigualdade no país. Não se resumindo a raça, ela não pode ser limitada à dicotomia de branco/preto e foi aos poucos seccionando os privilégios e critérios da população, com mecanismos de discriminação intrinsecamente programados para separar a sociedade haitiana entre classes: "negros e mulatos; letrados e não letrados, porto princenses e camponeses, falantes de *kreyól* e falantes do francês, homens e mulheres, etc" (ROSA, 2007, p.1). A elite haitiana nasce e se estabelece sobre uma população fragmentada e desigual que ocupou a brecha deixada pelo colonizador, sem uma ideal reestruturação da dinâmica colonial, sustentando a nova posição por meio do ciclo de violência que continuou depois da independência, durante a ocupação e com o domínio da *Gendarmerie*.

2.1 *Tabula rasa*

Em Quijano e Wallerstein, a incorporação das Américas ao Sistema-Mundo - sua idealização social como entidade da dinâmica global - estabelece pela primeira vez a economia mundial como capitalista, por satisfazer duas das condições necessárias para tal. Configurava uma expansão geográfica em tamanho do mundo conhecido e era uma oportunidade para o teste de variados métodos de controle da mão de obra, uma tela em branco para o desenho das relações de poder características do modelo. Acima de tudo, o que diferenciava o novo mundo, a ponto de se tornar um marco da mecânica do sistema, era a capacidade de se conceitualizar o que os autores chamaram de "Americanidade" (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, tradução nossa).

Enquanto em outros países da periferia global que também satisfaziam essas características, a força das existentes comunidades agrícolas e indígenas, com já estabelecidas dinâmicas hierárquicas e de produção, inibiam a construção de relações e instituições econômicas e políticas com a liberdade criativa que as Américas permitiam. Aqui a destruição das populações indígenas e a importação por completo de mão de obra possibilitou que estas instituições fossem moldadas com foco na exploração do capital sobre uma facilidade de adaptação nunca antes vista. Este processo é também delineado por Poka Laenui, em uma

discussão na qual o autor discute a governança sobre os povos, analisando o processo colonizatório das Américas (LAENUI, 2000).

Segundo o autor, que demarcou a colonização de um país em passos, o primeiro contato entre colonizadores e a população nativa denota a fase 1 deste processo que é mais social do que político. O passo chamado "Negação e Retirada" pressupõe que o julgamento inicial aloca uma posição aos indígenas de imoralidade e incultura, negando a eles qualquer concepção de valores sociais, em uma clara posição de prepotência do homem branco, católico, europeu e acima de tudo: escolhido por deus. Já no início da construção teórica dos autores é perceptível uma congruência no posicionamento do nativo durante o processo de colonização das Américas, sendo justamente o que corta a fita e estreia a dominação colonial de uma comunidade, o fator diferencial que destaca a América, a Americanidade de Quijano e Wallerstein e toda a dinâmica capitalista do Sistema-Mundo. No caso haitiano, a não credibilização para com a população Taíno precede qualquer contato, o que fica claro com a primeira ação tendo sido a renomeação do território (SPARKE, 2008; LAENUI, 2000).

O passo seguinte de Laenui é um dos de mais fácil identificação observando o histórico colonial na América Latina. O chamado "Destruição/Erradicação" faz parte da receita seguida pelas colônias na tentativa de acabar com quaisquer representações simbólicas da cultura indígena local. Em diferentes níveis, todos os países do continente passaram por ele, e no Haiti, essa erradicação veio em forma de genocídio. Tamanho foi o sucesso deste passo na história haitiana, que até hoje é escassa a documentação acerca da população nativa e da violência sofrida por eles. Com a drástica redução numérica dos nativos, em 1533 a coroa espanhola alforriou os indígenas Taínos, e a massa explorada no território, na teoria, se tornou estritamente africana (SPARKE, 2008; LAENUI, 2000).

O Haiti era o que remanesceu da população Taíno e se misturou com a cultura africana, resultando nas minúcias religiosas, linguísticas e culturais tanto desprezadas desde a chegada do colonizador, por isso, neste passo a passo colonial, os períodos retratados e parte das violências narradas têm diferentes minorias em foco, mas sempre com o povo haitiano em destaque. A dupla de autores decoloniais define colonialidade como "a criação de um conjunto de estados ligados ao sistema interestatal em níveis hierárquicos", e a experiência metrópoles/colônia do Haiti, demonstra o quanto a relação interpessoal espelha esta dos Estados, levando consigo a hierarquia a níveis políticos, econômicos e também culturais, portanto o racismo que impera nas relações a nível macro, também se manifesta no sistema-mundo (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Além da hierarquia entre as relações, a colonialidade é elencada também como a definidora dos conjuntos e regras que regem a relação entre Estados e suas populações, de um modo que com o avanço do processo colonial e, no caso haitiano, a variação entre o público alvo da violência colonial, é possível relacionar o delinear das normas enviesadas por raça, etnia, religião e colonialidade ao terceiro passo do processo de colonização de Laenui. Aqui, no chamado Difamação/Menosprezo/Insulto, o autor pontua que o sistema criado na colônia moldou os processos institucionais como igrejas, sistema de saúde e as instituições legais de modo a difamar/menosprezar/insultar a cultura nativa. No caso haitiano aqui também se encaixa a cultura africana, de uma maneira que ambas, a partir deste momento da colonização, começaram a encarar diferentes formas de violência institucional, com a religião católica demonizando as crenças nativas/africanas, a prática médica taxando como superstição a curadoria haitiana e as instituições legais criminalizando as tradições culturais das sociedades minoritárias (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992; LAENUI, 2000).

Por fim, em Laenui, na parte derradeira do processo colonizatório, os pessoas chamados Acomodação Superficial/Tokenismo e Transformação/Exploração narram como a metrópole como em um ato de leniência permite que as manifestações culturais nativas sejam acomodadas, sem reduzi-las a zero, mas também sem permitir sua disseminação, para em seguida iniciar um processo de exploração capitalista e inclusão do nativo ao novo. Na prática, isso envolve a fetichização da arte indígena, sua incorporação na dinâmica do capital, ou também na inclusão de escravizados dentro da religião e de seus rituais (LAENUI, 2000).

2.2 Transformada, não destruída

Mais que político, o processo de descolonização de uma nação é social e seu início precede a declaração da independência, pois tal qual em Laenui, "a governança sobre um povo muda apenas depois que o próprio povo mudou suficientemente". Segundo o autor, a primeira fase deste processo consiste - após todo o ciclo de violência colonial até a acomodação - em uma Redescoberta e Recuperação, da cultura e das raízes desapropriadas e incluídas no ciclo do capital que é alheio às descendências originárias que as moldaram. Na realidade da última fase da colonização a hierarquia metropolitana é tão presente quanto no início do processo, e por variadas motivações como curiosidade, acidente, desespero ou até destino, uma aproximação aos fundamentos culturais assola a população minoritária, aflorando sentimentos como pertencimento, confiança e recuperação da autoestima como povo (LAENUI, 2000).

Este pode não ser um passo de rápida evolução, sendo muitas vezes uma fase longa ou paralisante da descolonização de alguns países, entretanto esta descoberta das demonstrações artísticas, religiosas e linguísticas originárias como aspecto cultural inerente ao nativo dispara um estímulo social de interesse às determinações políticas, instituições burocráticas e ao trabalho de organizações civis. O avivamento dentro da superfície acomodada é resistente, e sua intensidade define o decorrer do processo (LAENUI, 2000).

O reconhecimento dessa população como parte não apenas crucial da cultura de um país, mas principalmente oprimida, censurada e explorada resulta na fase seguinte do ciclo desenhado pelo autor. A etapa do luto, do lamento pela vitimização em uma opressão que já dura séculos, é o momento de reunir as queixas e deixar sentir o pranto pelos conhecidos, oportunidades, recursos e esforços perdidos. Aqui, a identidade nativa extraviada é lamentada, em uma fase de aproximação às raízes que pode tomar diferentes formas de expressão, como raiva e apatia. Porém, sentir a dor da opressão retroativa em sua totalidade é de imensa importância, pois é o que pavimenta o caminho para o que Laenui define como a fase mais crucial do processo de descolonização (LAENUI, 2000).

Na terceira etapa, a do Sonhar, o panorama de possibilidades é expressado e debatido, e uma população que já mediu todas as suas dores agora sonha em comunidade. Em muitos casos é no sonhar conjunto que mora a dificuldade de certas populações colonizadas, pois a delimitação de objetivos pouco abrangentes impossibilita a criação do esboço almejado como futura nova ordem social. A profunda exploração em etapas anteriores, das culturas e opressões, cria a base para o delinear de aspirações em busca de respostas para o futuro, debatendo o que é ideal e melhor atende a comunidade em termos de estruturas de governo e ordem sociais mais aptas a representar a cultura, religião, tradições e costumes da população colonizada. É com agudo autoconhecimento da comunidade que se recolhe o necessário para pensar em uma estrutura social realmente representativa a um povo, não é somente na tomada do lugar do colonizador que mora o processo de descolonização, "a descolonização inclui a reavaliação das estruturas política, social, econômica e judicial, e o desenvolvimento [...] de novas estruturas que possam conter e abrigar os valores e aspirações dos povos colonizados" (LAENUI, 2000, p. 4, tradução nossa).

Após os debates e levante de possibilidades da fase anterior, a do Compromisso envolve a escolha de caminhos e opções levantadas considerando todas as especificidades comunitárias lembradas. A linha entre o final da fase de sonho e o início da do comprometimento é tênue, mas envolve intensa atenção pois é o momento de recolher apoio rumo às reais tomadas decisórias. Em alguns casos isso envolve uma chamada para debate, em

outros pode incluir uma petição ou reivindicação comunitária, mas em todo caso deve ser cuidadosamente questionada e avaliada, para a compreensão comunitária e o fortalecimento de um discurso único diante dos questionamentos da sociedade, que irão surgir (LAENUI, 2000).

Na última fase ilustrada pelo autor, após o total consenso e se necessário retorno a etapas anteriores com o objetivo de melhor aproveitamento do processo, a fase da Ação engloba a tomada prática de medidas políticas e civis rumo à desvinculação da sociedade colonizada do contato, estrutura e domínio colonial. O autor deixa claro que em alguns casos, durante o arquitetar das etapas anteriores, e principalmente quando a fase do luto vem acompanhada da raiva, não é incomum o ataque do colonizador sobre a comunidade que vem se organizando. Neste cenário, a possibilidade de violência ou qualquer respostas ao ataque se encaixa melhor como contra-ataque do que realmente como a fase da ação. Aqui as pontas soltas do domínio colonial são podadas justamente para evitar que a simples troca de quem controla a máquina de opressão (LAENUI, 2000).

As camadas hierárquicas da dominação colonial descritas por Quijano e Wallerstein, as quais levam intrinsecamente os valores coloniais ao nível social, como racismo e violência, podem ser derrubadas seguindo os passos que Laenui ilustra, e podem também ser alteradas, sendo a divergência de status entre a América do Norte a Latina prova disto. No entanto, em um ciclo estrangulador, é exatamente o esforço para a alteração dessa dinâmica e fuga das camadas oprimidas dessa relação, que mantém o sistema vivo. Em conexão a Laenui, são elementos como a pressa por evoluir ou a generalização ao delimitar prioridades durante as etapas da descolonização, que tornam o esforço mais penoso e o ciclo colonial vivo (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992; LAENUI, 2000).

É somente a conclusão do processo de descolonização que entrega a um país o sentimento de nação e pertencimento, que em Quijano e Wallerstein é o direito de "ser-estado". "As independências cristalizaram a condição de Estado desses estados, com o [...] sentimento comunal do nacionalismo podendo se reproduzir e florescer. Eles confirmaram os estados em sua hierarquia" (QUIJANO; WALLERSTEIN, 2000, p.26, tradução nossa). Desse modo, é justamente a ausência do ser-estado que resulta em cenários pós-independência de isolamento e opressão como o experienciado pelo recém liberto Haiti.

Segundo a dupla de autores, é no direito de "ser-estado" dos países que a etnicidade, tão crucial na etapa primária do processo de descolonização, se encaixa na equação hierárquica interestatal do sistema-mundo. O que eles definem como "um conjunto de fronteiras comunitárias e, que em parte somos colocados por outros, em parte impomos a nós mesmo, servindo para localizar nossa identidade e nossa posição dentro do estado" na prática

é a consequência inevitável da colonialidade. A hierarquia baseada na etnia está presente em todo o processo colonial, desde a prepotência europeia primária, ao reconhecimento e recuperação das raízes culturais dos colonizados, delineando as fronteiras sociais transformadas em divisões do trabalho e usadas para justificar as variadas formas de controle. Quando os autores coroaram à América o potencial de tela em branco para novas formas de controle laboral, o novo não remetia à escravidão (que não era novidade), mas sim à centenárias modalidades de exploração motivadas pela etnia: a escravização africana, e o *repartimiento* e *encomienda* dos nativos (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p.26).

Fica claro, entretanto, com movimentos de libertação como no Haiti e de abolição que eclodiram sobre todo o continente, que a etnicidade por si só como definidora das relações hierárquicas globais, era algo datado e precisava evoluir. Vem daí portanto o que conhecemos como racismo sistemático, que se apoiava em muletas como a meritocracia para redesenhar a dinâmica social mantendo vivos os lugares de colonizado e colonizador, com outros nomes. Como no caso do Haiti, em que a hierarquia pós-colonial não foi revista, e o colonialismo continuou vivo em um país independente sendo financiado e alimentado pela elite mulata, ps executivos de bancos e organismos internacional que reproduziam as relações de poder colonial sob os auspícios dos Estados Unidos (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992; ROSA, 2007).

Assim, na primeira república independente da América Latina, os núcleos geradores de desigualdade continuaram pulsando. Racismo e colonialismo mantinham a elite no local de superioridade cultural e social, sob os mesmos paradigmas franceses, servindo de padrão civilizatório que fixou a escala social e manteve a hierarquia colonial viva. A falta das etapas da descolonização tira do Haiti o direito de "ser-estado" justamente pela ausência de um projeto político nacional, perpetuando uma cultura política imatura, incapaz de articular Estado e sociedade civil, que acomodou nas ditaduras o meio de exercer poder mediante a violência e o terror, heranças do colonialismo (ROSA, 2007).

A emancipação colonial haitiana nunca foi concluída por completo, se restringiu aos meios da luta violenta e expulsão prática sem reestruturar a nação passando pelo processo de descolonização, rumo a um modelo societário de negação do racismo e do colonialismo. Desse modo, as medidas que definiram a independência, embora clássicas, transferiram poder sob um modelo que fortaleceu o que Rosa chama de "elites mulatas afrancesadas" por um longo período pós-colonial, sem qualquer comprometimento com a construção de uma unidade nacional (ROSA, 2007).

Conclusão

Muitos são os possíveis caminhos travados pelas nações latino-americanas durante seus processos pré e pós-colonizatórios. No caso do Haiti, que saiu "vitorioso" de uma das revoluções mais sangrentas dos séculos XVIII e XIX, a jornada rumo à conclusão do ciclo de descolonização e reestruturação política e social dos haitianos, poderia ter rumado a uma unidade nacional muito mais pacífica, estável e igualitária, sob os preceitos decoloniais delineados por Quijano, Wallerstein, Laenui e Rosa.

Ao analisar a luta pela independência haitiana através da lente decolonial nas qual os autores se baseiam, percebemos a forma com que o processo revolucionário e não-descolonizatório definiu a estrutura social da nação recém liberta. Racismo e colonialismo, as ferramentas da metrópole junto da violência, se mantiveram como instrumentos de uma hierarquia de origens coloniais que não foi redesenhada pela luta, e que condenou a ainda "nação mais pobre das Américas" a uma vivência de desigualdade e subdesenvolvimento.

Mesmo geografica e historicamente tendo ocupado locais de destaque na história do continente, como vanguarda abolicionista, independente e literal primeiro território americano incluído na esfera europeia colonial do século XV, o Haiti sofre desde o início com os conceitos que Quijano e Wallerstein definem como Americanismo. Visto que a mesma colonialidade que destaca o continente e inaugura uma era no sistema-mundo do capital, é a sina da realidade haitiana de isolamento político internacional, abandono filantrópico-social e pobreza extrema.

Impulsionadores deste cenário e frutos da não-conclusão do ciclo de descolonização, a tutela americana findada em 1915 e a dívida da independência quitada apenas em 1941 também têm seus lugares na equação da sina haitiana. Juntos do violento e incompleto, sob o olhar decolonial, processo de independência do país, eles foram as amarras que por um lado censuraram a recolocação internacional do novo país, seu investimento interno e a real conquista do direito de "ser-estado" descrito por Quijano e Wallerstein. Enquanto a dívida era multiplicada com o tempo e passava por tentativas de renegociação que na prática só condenaram a baixa produção interna do país, a tutela americana corroborou com a instabilidade política e fortaleceu o ciclo da violência, ao armar e treinar a chamada *Gendarmerie*. Tudo isso resultou em uma realidade de miséria, desigualdade e conturbado panorama político, sem as estruturas sociais necessárias para abolir as heranças do colonialismo.

Fica claro, o quanto a estagnação no processo de descolonização retrocede a evolução e inserção das nações recém libertas no sistema-mundo, além do contato com suas raízes após um ciclo tão violento de destruição cultural; é perceptível também o quanto as linhas definidoras da hierarquia da colonialidade definem o posicionamento dos estados e como o seu direito do "ser-estado" não acompanha a pegada em armas rumo a independência. As heranças coloniais são um peso que vem condenando o Haiti há séculos e adentram com destaque a lista de causas das grandes sinas da primeira república independente da América Latina.

Referências

BELLEGARDE, Dantès. **L'occupation américaine d'Haïti: ses conséquences morales et économiques**. Port Au Prince: Les Éditions Fardin, 2013 (1929). 100 p. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/bellegarde_dantes/Occupation_americaine_Haiti/Occupation_americaine_Haiti.pdf>. Acesso em: 10 Fevereiro. 2021.

CRS (Congressional Research Service [org.]). Richard A. Best Junior.. **The U.S. Occupation of Haiti, 1915-1934**. Order Code 94-459 F. Estados Unidos: The Library Of Congress, 1994. (CRS Report for Congress). Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/files/19940526_94-459_944aec5979ade3ff37b1abb7f44ed2aab96d4383.pdf>. Acesso em: 17 Junho 2021.

DANNER, Mark. **To Heal Haiti, Look to History, Not Nature**. The New York Times. Nova Iorque, 22 jan. 2010. Disponível em: <<http://filestore.wdfiles.com/local--files/adoption/Op-Ed%20Contributor%20-%20To%20Heal%20Haiti,%20Look%20to%20History,%20Not%20Nature%20-%20NYTimes.pdf>>. Acesso em: 16 Maio 2021.

DONALD R. HICKEY. University Of Pennsylvania Press On Behalf Of The Society For Historians Of The Early American Republic. **America's Response to the Slave Revolt in Haiti, 1791-1806. Journal Of The Early Republic**. Harrisburg, PN, p. 361-379. dez. 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3123088>>. Acesso em: 18 Maio 2021.

DOUGLAS, Paul H.. **The American Occupation of Haiti I**. Political Science Quarterly, Nova Iorque, v. 42, n. 2, p. 228-258, jun. 1927. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2142787>>. Acesso em: 22 Dezembro 2021.

GALEANO, Eduardo. **Haiti, Despised by All**. 1996. Inter Press Service. Disponível em: <<http://faculty.webster.edu/corbetre/haiti/history/recent/despised.htm>>. Acesso em: 16 Dezembro 2021.

LAENUI, Poka. Processes of Decolonization. Reclaiming Indigenous Voices and Vision, p.150-160, 2000. Disponível em: <<https://sjsu.edu/people/marcos.pizarro/maestros/Laenui.pdf>>. Acesso em 27 Abril 2021.

LOPES, Victor de Carli; AZEVEDO, Wagner Fernandes de. A construção da identidade nacional e cultural e a relação com a instabilidade política haitiana no final do século 20. In: LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA: **Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos**. Foz do Iguaçu: Imago Mundi / PPG - IELA Unila, 2015. p. 966-982. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1672/IV%20JIPLA_974-990.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 Junho 2021.

MONT-REYNAUD, Marie-Josée. **The Failure of the American Occupation of Haiti, 1915 - 1934**. 2002. Disponível em: <https://windowsonhaiti.com/windowsonhaiti/am-occup.htm#_ednref29>. Acesso em: 15 Dezembro 2021

PHILLIPS, A.D.. **Haiti's Independence Debt and Prospects for Restitution**. Institute for Justice and Democracy in Haiti, 2009. Disponível em: <http://ijdh.org/wordpress/wp-content/uploads/2009/11/Haiti_RestitutionClaimArticlePhilipps05-09.pdf>. Acesso em: 26 Maio 2021.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 23-40, 1992. Disponível em: <<https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachment/s/saldivar-quijano.pdf>>. Acesso em: 29 Maio 2021.

ROSA, Renata de Melo. **A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais**. Universitas: Relações Internacionais, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 0-24, 22 out. 2007. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v4i2.160>. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/160/297>> Acesso em: 28 Maio 2021.

SPARKE, Matthew. **What Postcolonial Theory Tells Us about Haitian History and Struggle**. 2008. University of Washington (Office of Minority Affairs & Diversity). Disponível em: <<https://www.washington.edu/omad/ctcenter/projects-common-book/mountains-beyond-mountains/postcolonial-theory/>>. Acesso em: 14 jun. 2022.